

**PROJETO JUVENTUDE SEMEANDO TERRA SOLIDÁRIA: AVANÇOS E LIMITES****PROYECTO JUVENTUD SEMEANDO TIERRA SOLIDARIA: AVANCES Y LÍMITES****YOUTH PROJECT SEMEANDO SOLIDARY LAND: ADVANCES AND LIMITS**Natanael Ricardo Zuanazzi<sup>1</sup>Suely Aparecida Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** A discussão em torno de temáticas como trabalho, educação e movimentos sociais se apresenta com considerável importância e nos remete a análise de um processo de formação que envolve ambos os temas, o Projeto Juventude Semeando Terra Solidária. Nos propomos neste trabalho analisar tal projeto desenvolvido pela FETRAF-SUL/CUT em parceria com a UFFS e o MDA, procurando contextualizar a temática de estudo debatendo sobre o processo histórico e dialético de reestruturação produtiva, destacando seus desdobramentos na agricultura brasileira, debatendo como esse contexto influenciou e influencia para a divisão das classes sociais e a relações de classe no campo brasileiro. Analisando como essas relações anteriormente citadas influenciam especificamente sobre o projeto objeto deste estudo, identificamos que: A percepção da FETRAF-SUL/CUT sobre a categoria de agricultor familiar não está bem definida teoricamente; A opção teórica da FETRAF-SUL/CUT não parte de forma clara do materialismo histórico dialético; Esta indefinição teórica é determinante para sua ação política; O Projeto Juventude Semeando Terra Solidária assume um projeto de desenvolvimento que indica a manutenção de uma proposta de agricultura e não a superação de um modelo produtivo; Embora os limites teóricos apresentados, é um processo de formação que, mesmo não contemplando de forma integral, mas se concretiza como um grande avanço para a FETRAF/SUL-CUT, pois embora seu posicionamento teórico é confuso e não definido, será em ambientes formativos que o mesmo irá se definir.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação; Movimentos Sociais; Projeto Juventude Semeando Terra Solidária.

**Resumen:** La discusión en torno a temáticas como trabajo, educación y movimientos sociales se presenta con considerable importancia y nos remite el análisis de un proceso de formación que involucra ambos temas, el Proyecto Juventud Sembrando Tierra Solidaria. En este trabajo se analiza el proyecto desarrollado por FETRAF-SUL / CUT en asociación con la UFFS y el MDA, buscando contextualizar la temática de estudio debatiendo sobre el proceso histórico y dialéctico de reestructuración productiva, destacando sus desdoblamiento en la agricultura brasileña, debatiendo como ese contexto influyó e influyó para la división de las clases sociales y las relaciones de clase en el campo brasileño. En el análisis de cómo estas relaciones anteriormente citadas influyen específicamente sobre el proyecto objeto de este estudio, identificamos que: La percepción de FETRAF-SUL / CUT sobre la categoría de agricultor familiar no está bien definida teóricamente; La opción teórica de FETRAF-SUL / CUT no parte de forma clara del materialismo histórico dialéctico; Esta indefinición teórica es determinante para su acción política; El Proyecto Juventud Sembrando Tierra Solidaria asume un proyecto de desarrollo que indica el mantenimiento de una propuesta de agricultura y no la superación de un modelo produtivo; Aunque los límites teóricos presentados, es un proceso de formación que, aun no contemplando de forma integral, pero se concreta como un gran avance para la FETRAF / SUL-CUT, pues aunque su posicionamiento teórico es confuso y no definido, será en ambientes formativos que el mismo se definirá.

**Palabras clave:** Trabajo; la educación; Movimientos Sociales; Proyecto Juventud Sembrando Tierra Solidaria.

**Abstract:** The discussion around themes such as work, education and social movements presents itself with considerable importance and refers us to the analysis of a formation process involving both themes, the Semeando Terra Solidaria Youth Project. We propose to analyze a project developed by FETRAF-SUL / CUT in partnership with UFFS and MDA, seeking to contextualise the study theme, debating the historical and dialectical process of productive restructuring, highlighting its unfolding in Brazilian agriculture, debating how this context influenced and influenced the division of social classes and class relations in the Brazilian countryside. Analyzing how these previously mentioned relationships specifically influence the project object of this study, we identify that: The

perception of FETRAF-SUL / CUT on the category of family farmer is not well defined theoretically; The theoretical option of FETRAF-SUL / CUT does not depart clearly from dialectical historical materialism; This theoretical indefiniteness is decisive for its political action; The Semeando Terra Solidária Youth Project assumes a development project that indicates the maintenance of a proposal of agriculture and not the overcoming of a productive model; Although the theoretical limits presented, it is a training process that, although not contemplating in an integral way, but it materializes as a great advance for the FETRAF / SUL-CUT, because although its theoretical position is confused and not defined, it will be in formative environments that the same will be defined.

**Keywords:** Work; Education; Social movements; Youth Project Semeando Terra Solidária.

Com o advento do capitalismo e do processo de industrialização proporcionaram grandes mudanças para o campo. O processo de industrialização significa, necessariamente, o desenvolvimento do capitalismo no campo, para Silva (1981):

o sentido das transformações capitalistas é elevar a produtividade do trabalho. Isso significa fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. Ou seja, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz "industrializando" a própria agricultura. (SILVA, 1981, p. 6)

As mudanças na forma de produzir, mediante a forma de organização industrial capitalista, significa, fragmentar a produção, fazer com que o campo deixe de ser autossustentável e passe a consumir os produtos da grande indústria. Desta forma, a especialização da produção torna cada setor, cada parte individual da forma de produção capitalista, dependente uma da outra.

A medida que o modo de produção capitalista adentra na agricultura, a mesma deixa de ser:

uma agricultura familiar de subsistência para uma agricultura capitalista, cujos produtos deixam de ter a natureza de simples alimentos, valor de uso, úteis para a vida, e se transformam em mercadorias, ou meios de produzir valores de troca, os atores econômicos também assumem novos papéis. (CORAZZA; MARTINELLI, 2002, p. 21)

Adentrando no campo, além de desintegrar a agricultura de subsistência, “descamponiza e, assim, simultaneamente, cria o mercado para a grande indústria e novos personagens que constituem a base da nova sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (SOARES, 2012, p. 79).

A produção agrícola deve crescer em um ritmo que atenda as demandas de alimento, matéria prima e liberação de mão de obra para o processo de industrialização urbano. Caso não aconteça, configura-se uma crise agrícola que inviabilizaria o desenvolvimento da industrialização. Da mesma forma, se a agricultura se desenvolver de forma descompassada da indústria urbana, liberando mão de obra acima ou abaixo da necessidade, também configuraria a uma crise agrária que pode comprometer o processo de urbanização.

Os estabelecimentos agrícolas com menor área também são inseridos nesse contexto. Estes estabelecimentos passam de produtores de subsistência para produtores de mercadorias, mecanizando a produção e aumentando, cada vez mais, a produtividade do trabalho. O aumento da produtividade dos animais, ou mesmo plantas cultivadas geralmente se deve ao uso de pacotes tecnológicos.

Em especial, a partir de meados da década de 1990, este movimento de mecanização e inserção do capitalismo no campo ganha mais força. Neste período inicia-se uma intensa discussão para caracterização de um público específico que passaria a ter acesso a um programa de governo voltado ao financiamento agrícola. Com isso, em 1995, ainda no início da discussão de quem se caracterizava como agricultor familiar, foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF.

Ao analisarmos o censo agropecuário de 2006, sendo base de dados gerais que consideramos mais confiável tendo em vista que o censo,

coleta informações em campo sobre as características dos estabelecimentos rurais, sobre a produção agropecuária, sobre a ocupação laboral no campo e sobre uma infinidade de variáveis que caracterizam as formas de apropriação da terra e a produção agrícola e pecuária. (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; DE SÁ, 2017, p. 1)

Alves e Rocha (2010), interpretaram os dados do Censo Agropecuário 2006, e dividiram o número de estabelecimentos rurais em grandes grupos organizados pela relação entre o número de estabelecimentos e o índice de participação no Valor Bruto de Produção – VBP. Em sua análise, as variáveis foram o número de estabelecimentos, a porcentagem que correspondiam do total, o número de pessoas envolvidas e o índice de participação no VBP.

O quadro 1 representa os dados de Alves e Rocha (2010) reorganizados e acrescentada nomenclatura de cada grupo segundo a teoria marxista e a representatividade sindical.

Quadro 01 – reorganização gráfica dados de ALVES e ROCHA (2010)

grupo	Nº estabelecimentos	% do total	nº de pessoas*	% do VBP	Quem representa	Nº no congresso nacional
Grandes e médios capitalistas	423.689	8,19	1.355.804	84,89	CNA, UDR, SRB	120 deputados, 200 votos
Pequenos capitalistas	975.974	18,86	3.123.116	11,08	CONTAG, FETAG's, FETRAF-SUL	5 deputados
Semi-assalariados	3.775.826	72,96	12.082.643	4,03	Distribuídos em vários setores, FETRAF-SUL	≤ 5 deputados
assalariados			Permanentes 2,3 milhões, Temporários 2,1 milhões		Distribuídos em vários setores, CONTAG	0

Fonte: ZUANAZZI (2015).

O primeiro grupo, o agronegócio brasileiro, é composto por grandes e médios capitalistas. Formado por 423.689 estabelecimentos (8,19% do total), onde se predomina o trabalho assalariado. O agronegócio brasileiro é responsável por 84,89% do VBP.

É organizado e representado sindicalmente pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, a União Democrática Ruralista - UDR, Sociedade Rural Brasileira – SRB. Sua organização tem como metas

políticas de financiamento e refinanciamento de dívidas comercialização, e apoio à exportação (ZUANAZZI, 2015). Se desenvolve com reprodução ampliada de capital.

O segundo grupo, é composto pelos pequenos capitalistas. Formado por 975.974 estabelecimentos (18,86% do total), onde se predomina o trabalho familiar. Com renda entre 02 e 10 salários mínimos mensais são responsáveis por 11,08% do VBP.

Grande parte dos estabelecimentos estão na região sul do Brasil. São organizados e representados sindicalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG/Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAGe FETRAF/SUL-CUT. Com sua organização buscam principalmente políticas de financiamento agrícola e negociação de dívidas. Parte do grupo se desenvolve sob reprodução ampliada de capital e parte sob reprodução simples do capital, dependendo, dentre outros fatores, ao acesso as políticas públicas de financiamento agrícola.

O terceiro grupo, composto pelos semi assalariados (ZUANAZZI, 2015). É formado por 3.775.826 estabelecimentos, agregando cerca de 11,3 milhões de pessoas. Com renda entre 0 e 2 salários mínimos mensais, são responsáveis por 4,03% do VBP.

Em seus estabelecimentos praticam produção para subsistência e vendem o excedente e além dos trabalhos em seus estabelecimentos, vendem sua força de trabalho como complementação de renda. Neste grupo concentra-se a maior parte das famílias que sobrevivem de aposentadoria rural e políticas como o Bolsa Família.

Neste grupo, cerca de 15,34% dos 3.775.826, não indicaram renda oriunda de produção ou autoconsumo, assim utilizam o estabelecimento apenas como residência. Sua organização é dividida em vários setores, em destaque CONTAG/FETAG`s e FETRAF/SUL-CUT. Este grupo se desenvolve com reprodução simples de capital.

O quarto grupo, os assalariados rurais, somam, de forma direta, 2,3 milhões permanentes e 2,1 milhões temporários (CENSO AGROPECUÁRIO 2006), dos quais 45% são informais. Por não possuírem estabelecimentos agrícolas, não possuem participação direta no VBP. Sindicalmente, são organizados e distribuídos em diversas categorias sindicais, a mais representativa é a CONTAG.

Alves e Rocha (2010) identificam claramente que uma pequena parcela de estabelecimentos é responsável por mais de 80% do valor bruto de produção sendo estes os responsáveis por sustentar a economia do país. O restante dos estabelecimentos, os quais considera a participação baixa ou insignificante, seriam alvos de políticas públicas assistencialistas com objetivo de atrasar o êxodo rural (ALVES E ROCHA, 2010).

Como observamos, é extrema a diferença entre os interesses das classes, e cada categoria busca se organizar e lutar pelos seus interesses. A organização sindical das classes não se desenvolveu de forma homogênea. O Sindicalismo Rural teve início a partir de 1945 com as Ligas Camponesas e pela contribuição do Partido Comunista, posteriormente, setores da igreja contribuíram também, de forma fundamental. Oficialmente, os primeiros sindicatos dos trabalhadores no campo surgiram em 1962 organizados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Em 1963 ocorreu a criação da CONTAG. Em 1964, com o início do regime militar no Brasil, os sindicatos passaram a ser

ligados e controlados pelo Estado, através de, entre outros mecanismos, a carta sindical, e leis como o imposto sindical. Neste sentido sua criação contribuiu para manter a ordem no campo.

Em 1975, a igreja, tendo como base a CPT, que sincronizada às ações na cidade e nas indústrias, buscou implantar um novo modelo de sindicalismo pela tomada dos sindicatos já existentes e vinculados às indústrias, e a ação combativa aos sindicatos chamados “pelegos”, lutando por melhorias de condições e direitos trabalhistas, esta proposta foi chamada de Novo Sindicalismo.

Deste processo desencadeou-se em 1981, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT demandando a criação de uma central sindical que garantisse a união de todas as categorias de sindicatos. Em 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que “se constituiu numa das mais (senão a mais) profícuas e importantes experiências do movimento operário-sindical no Brasil, tornando-se a principal referência sindical da atualidade no país (TUMOLO, 2013, p. 106).

Desde sua fundação até 1992 a CUT não possuía uma organização própria que representasse a agricultura familiar, porém, não concordava com os ideais da CONTAG. Desta forma, em 1992 cria-se o Fórum Sul dos Rurais da CUT, buscando preencher essa lacuna.

Em 1999 a CUT, juntamente com diversas entidades sociais do campo criam a Frente Sul da Agricultura Familiar buscando reforçar a identidade da categoria. E em 2001, em congresso realizado em Chapecó-SC, pelos sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar dos três estados do Sul, foi criada a FETRAF-SUL/CUT.

A FETRAF-SUL/CUT assumiu uma política de formação, ainda orgânica à CUT, mas tendo como público a juventude rural devido ao cenário que se desenhava para a agricultura familiar no Brasil. A partir de 2010 a FETRAF-SUL/CUT começou um processo de construção de um curso destinado aos jovens de base social. Para que o curso fosse possível, a federação avaliou que eram necessários três fatores primordiais, os jovens, a instituição oficial para efetuar a formação tendo em vista que a FETRAF-SUL/CUT não possui nenhuma escola de formação orgânica, e os recursos.

Os jovens estariam garantidos através da representatividade de sua base social. A instituição oficial de ensino, após negociação, ficou a encargo da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS com suas características de construção. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA demonstrou interesse em financiar o projeto levando em conta os benefícios para a agricultura que tal projeto iria trazer.

O projeto recebe o nome oficial de “Curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica”, mas recebe carinhosamente pelos membros da coordenação do curso, da federação e jovens participantes o nome de “Juventude Semeando Terra Solidária - JSTS” que teve como objetivos:

Objetivo geral: Construir espaços de formação e organização da juventude da agricultura familiar, a partir da afirmação e valorização do espaço rural, tendo em vista a sua permanência no campo com renda, educação e qualidade de vida.

Objetivos Específicos: 1. Incentivar a permanência do jovem no campo, promovendo acesso as políticas públicas; 2. Formar novas lideranças sindicais e das organizações

econômicas da agricultura familiar; 3. Fomentar a inclusão digital, com o uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação com vistas a melhorar a gestão das informações de sua Unidade Produtiva; 4. Oportunizar a gestão da organização da propriedade, através um método de gestão de unidades produtivas familiares visando à sustentabilidade e a diversificação.(BURG; GUEDES; POLI, 2013, p. 17)

Além disso, a busca pela construção de um espaço de formação para novas lideranças, amparadas em uma política de formação orgânica aos seus interesses, sempre foi um objetivo da FETRAF-SUL/CUT, desta forma, para a federação, o curso possibilitaria formar novas lideranças que permanecessem no campo, com uma formação voltada para o campo e ligadas aos sindicatos bases da federação.

Para possibilitar que essa formação acontecesse de forma que o participante pudesse permanecer em sua propriedade rural, participasse dos sindicatos da base da federação e do processo formativo,

optou-se, então, por uma metodologia baseada em multiplicadores e pelo regime de alternância no processo formativo. O formato adotado, a partir daí, foi a estruturação de três turmas de multiplicadores, sendo uma em cada estado (PR, RS e SC), com jovens oriundos dos municípios de base dos sindicatos filiados a FETRAF-SUL/CUT. (BURG; GUEDES; POLI, 2013, p. 11)

Teoricamente, com esta metodologia, os participantes fariam parte de grupos, e se reuniriam de forma periódica para participar de um processo de formação assistido e conduzido pela universidade, tratando de temáticas relevantes ao seu meio e condizentes com a política da FETRAF-SUL/CUT.

Posteriormente, estes participantes retornariam para suas propriedades e experimentariam na prática os conteúdos estudados, e em sua base sindical, trabalhariam como multiplicadores das experiências e conteúdos aplicados nos grandes grupos de estudo.

A FETRAF-SUL/CUT propôs realizar a formação para jovens buscando preparação para uma nova geração de lideranças. Essa formação se ampara em uma análise sobre a questão agrária supérflua, tendo como ótica uma proposta alternativa de produção, um desenvolvimento sustentável para o campo como resistência ao capitalismo.

A proposta do curso busca, com o trabalho com os jovens, criar ferramentas de gestão e reinserção do jovem na agricultura, mas propondo pensar em sustentabilidade da agricultura familiar como algo isolado e propondo a estruturação de uma agricultura familiar baseada em princípios agroecológicos.

De forma geral, a metodologia de trabalho e organização dos módulos seguiu um padrão em todas as etapas. Também, aproximou-se muito daquilo planejado no projeto do curso. Os jovens eram recepcionados nos locais onde aconteceriam as etapas e em seguida conduzidos a um local específico de estudos.

Neste ambiente de estudos inicialmente relatavam os principais acontecimentos e aprendizados das etapas anteriores bem como se deu cada etapa desenvolvida com os jovens nas turmas municipais em seu tempo comunidade. Posteriormente cada jovem recebia o material a ser usado no módulo e abordavam de forma breve quais seus conhecimentos e entendimentos em torno da temática.

A partir dessa pré abordagem, os educadores iniciavam explicações em torno do tema sempre possibilitando a participação dos jovens. Eram nestes momentos que os educadores procuravam apresentar técnicas que possibilitassem a participação dos jovens a fim de demonstrar seu uso e os dessas técnicas nas etapas municipais.

Além do estudo de cada temática, cada módulo possuía um tempo específico de 4 horas destinadas ao estudo de informática, em que, os jovens eram deslocados até laboratórios de informática onde passavam este tempo manuseando ferramentas básicas de informática procurando sempre aplicá-las as suas necessidades em suas propriedades.

Em cada módulo, também, eram destinados períodos específicos para a montagem e estudo do plano familiar agrícola que seria apresentado ao final do curso como resultado do processo de estudo.

Assim, o primeiro módulo abordou Educação Popular e Metodologias Participativas. O segundo módulo abordou, como planejado, a temática sobre o funcionamento da sociedade, suas instituições e a relação entre Estado e sociedade. O terceiro módulo abordou, como proposto, a temática específica da agricultura familiar e sua história. No quarto módulo, foi abordado o tema: Agroecologia e a Sustentabilidade, apresentado não como uma proposta de superação do capitalismo, mas como uma proposta reformista. O quinto módulo foi planejado e executado de forma que complementasse o módulo anterior. O sexto módulo aborda então a gestão das unidades de produção familiares buscando proporcionar a inserção prática da agroecologia no planejamento das atividades, mudando-as, e com isso aplicando os princípios anteriormente citados da agroecologia. O sétimo módulo trouxe como foco principal a história da luta dos trabalhadores do campo. Nos oitavo e nono módulos, assim como no anterior o tempo foi dividido entre a temática principal planejada para o módulo e a construção do plano familiar agrícola. O tema principal envolveu o cooperativismo, agro industrialização e comercialização. Tratando da destinação da produtividade nos estabelecimentos agrícolas dos jovens participantes. O décimo módulo abordou o tema da sucessão familiar. Neste módulo foram tratados dos desafios para a permanência do jovem no campo. O décimo primeiro módulo traz como fechamento de uma proposta de reestruturação da agricultura de base familiar o acesso à políticas públicas. Chegando ao décimo segundo módulo, organizado, buscando o relato das experiências e apresentação do trabalho final.

Ao analisar esse processo podemos apontar algumas contradições. A primeira contradição básica evidenciada é a percepção sobre a categoria de agricultor familiar. O movimento sindical assume o agricultor familiar como uma categoria específica de proletário. Partindo de uma análise simplória de que o agricultor depende unicamente de seu trabalho e de sua família para sobreviver.

A opção teórica da FETRAF-SUL/CUT não parte de forma clara do materialismo histórico dialético. Como já apresentado anteriormente, tendo como base a teoria marxista, e partindo da análise de classes primordial entre possuir ou não os meios de produção, o chamado agricultor familiar é uma categoria de burguesia pois possui os meios de produção. O fato de fazer ou não o uso de seu trabalho apenas classifica o seu nível como categoria dentro da classe burguesa.

Essa contradição encontrada na base teórica da FETRAF/SUL-CUT é determinante para sua ação política. Pois sua política ora tende a defender os interesses da classe trabalhadora e ora aos interesses

da burguesia, explicitando isso com lutas em defesa por políticas públicas de financiamento agrário a fim de manter o direito de exercer a propriedade privada e lutas por direitos trabalhistas. Esse fenômeno é descrito por Marx (1982) como um “saco de batatas”, ora carregado pela burguesia e ora pelo proletariado.

Percebemos que a mistura teórica utilizada no curso se deve à posição teórica da FETRAF/SUL-CUT, esse posicionamento inverte a percepção do meio onde a condição política deixa de determinar a temática de estudo.

Mas precisamos destacar que embora os limites teóricos apresentados até aqui, é um processo de formação não formal, e que mesmo que não contemple de forma integral, mas procura intencionalmente “levar os indivíduos a perceberem o mundo como resultado de sua prática humana e que, se assim o é, eles devem reconstruí-lo” (SILVA, 2003, p. 8), o curso de formação teve também aspecto extremamente positivos no sentido de ação formativa ligada ao sindicalismo.

Tendo em vista que a proposta de formação possuía, para a FETRAF/SUL-CUT, a dupla função de dar amparo teórico prático para a produção de mercadorias nas propriedades dos jovens participantes e formar lideranças sindicais, o curso cumpriu em parte a função de:

subsidiar e instrumentalizar os homens para a compreensão crítica dos condicionantes históricos de seu pertencimento social e para a compreensão de sua identidade, de autoestima e de sua dignidade. Enfim, primamos aqui por um processo educativo e democrático que resulte em organização e participação política consciente. (SILVA, 2003, p. 3)

Precisamos ter muito claro que embora o posicionamento teórico da FETRAF/SUL-CUT é confuso e não definido, é em ambientes formativos que o mesmo irá se definir por meio de disputa.

Concluimos que esse processo formativo não desenvolveu intelectuais orgânicos, mas contribuiu para a formação de dirigentes sindicais. O conjunto de atividades pedagógicas exercidas durante o decorrer do curso possibilitou uma análise sobre a própria propriedade rural, porém, esse conjunto de atividades possibilita a análise de outros espaços que não sejam o local específico em que os jovens vivem.

Além da luta diária, através de processos formativos como estes a FETRAF-SUL/CUT alcançará amparo teórico para definir sua base teórica e desta forma ajustar sua política de formação. Não podemos afirmar que o Projeto Juventude Semeando Terra Solidária se constitui como uma proposta de educação não formal contra hegemônica para o campo, mas, podemos afirmar que o mesmo possui papel fundamental para a formação de dirigentes e lideranças para a FETRAF-SUL/CUT, e ainda mais, se constitui como um espaço de luta frente a definição político e teórico da FETRAF-SUL/CUT.

### **Referências**

ALENTEJANO, P. R. R. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90.** Cadernos de CEAS, Salvador, n.167, p.21-31, fev.1997.

ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Lacal e Mouffe.** Lua Nova, São Paulo, 80:71-96. 2010.

- ALVES, ROCHA, D. P. **Ganhar tempo é possível?** São Paulo, 2010.
- ANDERY, M. A. Et Al. **PARA COMPREENDER A CIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.** Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2012.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BATISTA, F. C.; **A CUT e A política pública de formação profissional na década de 1990.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto-Portugal: Porto, 1994.
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **Educação popular: modulo 1.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **Estado e Sociedade: modulo 2.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **Agricultura Familiar: historia e desafios: modulo 3.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **Sistemas agroecológicos: modulo 4.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **Sistemas agroecológicos: modulo 5.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **GESTÃO: Administração de Unidades de Produção Agrícolas Familiares: modulo 6.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(Org). **História e luta dos trabalhadores 7.** Realeza - PR: UFFS, 2013
- CORAZZA, G.; MARTINELLI, O. **Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico.** Teor. Evid. Econ. V. 10, n. 19, p. 09-36. Passo Fundo, 2002.
- GERMER, C. M. **A irrelevância pratica da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.** GEOGRAFIA ECONÔMICA – Nº 4. Florianópolis, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - Volume 2:Os intelectuais. O princípio educativo.Jornalismo.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro,2001.
- GONÇALVES, J. S. **Crise Agrária no Desenvolvimento Capitalista: fugindo da aparência na busca da essência.** Informações Econômicas, SP, v.33, n.11, Nov. 2003.
- GONÇALVES, J. S. **CARMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas.** Informações Econômicas, SP, v.34, n.7, Jul. 2004.
- GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios.** Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, Abr. 2005.
- JUNIOR, C.P. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica.** Ed. Brasiliense. São Paulo, 1957.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Trad. C. Iperoig. Vol.4. São Paulo, SP. Ed. Flama s/a., 1946.
- LIMA, V. F. S. de A. **Tendências da avaliação no âmbito das políticas Públicas: desafios e perspectivas.** In: Seminário Internacional, 1.; Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos, 3., Anais..., Recife, UFPE, p. 53-61, 2010.
- MANFREDI, S. M. **Educação Sindical no Brasil: Uma longa e conflituosa história.** In: CUT. **Educação e Sindicalismo,** Curitiba, 1997.

- MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** Trad. E. Malagodi [et AL.].Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1982.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo. Boitempo, 2008.
- MITIDIERO JUNIOR, B.; E de SÁ. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006.** 2017 (mimeo).
- NEVES, L. M. W. ORG. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo, 2005.
- PICOLOTTO, E. L. **As mãos que Alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- PISTRAK, M. M. **A escola comuna.** São Paulo. Expressão Popular, 2009.
- PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.
- PISTRAK, M.M. **Ensaio sobre a Escola Politécnica.** Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2015.
- PORTO, M. S. G. SQUEIRA, D. E. **A pequena produção no Brasil: Entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.
- RESOLUÇÕES-FETRAF-SUL/CUT. **Revista resoluções.** Florianópolis, 2001.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica.** 8º ed. Editora Autores Associados, SP, 2003.
- SILVA, A. T. R. da. **O alternativo e o conservador de uma prática educativa: avaliação crítica do Terra Solidária/CUT-PR na perspectiva dos trabalhadores rurais.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
- SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária.** Ed. Brasiliense, 1981.
- SOARES, P. de T. **Questionando o questionamento aos clássicos do marxismo sobre agricultura, GEOGRAFIA ECONÔMICA – N° 4.** Florianópolis, 2012.
- TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Ed. Em Debate, Florianópolis, 2013.
- VILELA, L. de O. **Qual política para o campo brasileiro? (do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?).** Anais XXXV Congresso da SOBER, Natal-RN, 1997.
- ZUANAZZI, N. R. **Educação Sindical: O Projeto Terra Solidária em Foco.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos/PR, 2015.

---

**Notas:**

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste Do Paraná. Email: [natanaelzuanazzi@gmail.com](mailto:natanaelzuanazzi@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Oeste Do Paraná Email: [marrtins\\_sue@hotmail.com](mailto:marrtins_sue@hotmail.com)